



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CAMPUS III
CENTRO DE HUMANIDADES
CURSO DE GRADUAÇÃO EM LICENCIATURA PLENA EM HISTÓRIA**

VALBER RODRIGUES DE ANDRADE

LUZIA FERREIRA: TRAJETÓRIA DE LUTA E RESISTÊNCIA

**GUARABIRA
2017**

VALBER RODRIGUES DE ANDRADE

LUZIA FERREIRA: TRAJETÓRIA DE LUTA E RESISTÊNCIA

Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação em História da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito parcial à obtenção do título de Graduado em História.

Área de concentração: História.

Orientadora: Prof.^a Pós-Dr.^a Susel Oliveira da Rosa.

**GUARABIRA
2017**

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do Trabalho de Conclusão de Curso.

A553I Andrade, Valber Rodrigues de.
Luzia Ferreira: [manuscrito] : trajetória de luta e
resistência / Valber Rodrigues de
Andrade. - 2017
27 p. : il. colorido.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Humanidades, 2017.

"Orientação : Prof. Dr. Susel Oliveira da Rosa, Coordenação do Curso de História - CH."

1. Luzia Soares Ferreira. 2. Resistência. 3. Paraíba.

21. ed. CDD 981.33

VALBER RODRIGUES DE ANDRADE

LUZIA FERREIRA: TRAJETÓRIA DE LUTA E RESISTÊNCIA

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de graduação em História da Universidade Estadual da Paraíba, em cumprimento a exigência para obtenção do grau de licenciatura em História.

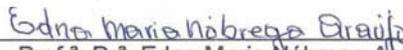
Área de concentração: História

Aprovada em: 7/10/2017.

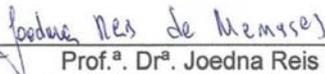
BANCA EXAMINADORA



Prof.^a Pós-Dr.^a Susel Oliveira da Rosa
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)
Orientadora



Prof.^a Dr.^a Edna Maria Nóbrega Araújo
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)
Examinadora



Prof.^a Dr.^a Joedna Reis Menezes
Instituto Federal da Paraíba (UEPB)
Examinadora

Aos meus avós maternos Luís Rodrigues e Maria
Ceci por todo o amor a mim ofertado, os
DEDICO.

AGRADECIMENTOS

A Deus toda honra e toda glória pela presença constante em meus caminhos.

Aos meus avós maternos por todo apoio dado aos meus estudos.

Aos meus irmãos, Bruno Rodrigues e Luiz Rodrigues, pela atenção a mim dispensada.

Aos meus amigos, Leandro Sousa e Genilma Ricardo (Ninha), irmãos franqueados pela vida.

Ao motorista do ônibus universitário do município de Riachão/ PB, Edvan, e a “galera do Busão” pelos 4 anos de risadas e boas conversas.

A Euzébio Cunha, Francisco Ângelo, Eduardo Aquino, Lucas Faustino, Joseilton Marcolino, Aldeyse Ferreira, Vital Araújo, pelas palavras de incentivo durante a graduação.

A Luzia Ferreira por nossos diálogos, e por sempre se mostrar disposta a me ajudar nessa pesquisa

A Susel Oliveira da Rosa pela imprescindível orientação.

Aos colegas de turma que se tornaram amigos para a vida, Ramon Ferreira (DOM Ramon), Roberto Jose (Jhone), Velbiane, Sandra, Aniely, Amanda, Nayara, Hugo e George.

Aos funcionários da limpeza e segurança da UEPB- Guarabira.

A todos os professores (as) do curso de história da UEPB- Guarabira

.

.

“Se historicamente o feminino é entendido como subalterno e analisado fora da história, porque sua presença não é registrada. Libertar a história é falar de homens e mulheres numa relação igualitária” (COLLING,2004, p.4).

SUMÁRIO

1.	Introdução	08
2.	Luzia Ferreira: o despertar e os primeiros passos	12
3.	A escola Feminista	16
4.	As campanhas pela documentação Feminina	20
5.	Considerações Finais	23
	Referências	26
	Anexo A	28

LUZIA FERREIRA: TRAJETÓRIA DE LUTA E RESISTÊNCIA

Valber Rodrigues de Andrade¹

RESUMO

Neste artigo, busco trazer ao conhecimento da sociedade um pouco da trajetória de luta e resistência de Luzia Soares Ferreira. Luzia participou dos movimentos de mulheres da Paraíba MMB/MMT (Movimento de Mulheres Trabalhadoras do Brejo Paraibano/Movimento de mulheres Trabalhadoras), foi também presidenta do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Alagoa Grande, além de atuar em outros espaços como o MMTR (Movimento da Mulher Trabalhadora Rural do Nordeste). Luzia atua ainda hoje em defesa dos trabalhadores rurais e dos direitos das mulheres. Tratando da memória de Luzia Ferreira busco contribuir para a quebra do silêncio que envolve a história da mulheres, silêncio que é, particularmente, maior no caso da Paraíba.

Palavras-Chave: Luzia Soares Ferreira. Resistência. Paraíba.

1. INTRODUÇÃO

Com o golpe Civil-militar de 1964², a situação de opressão e abusos vivida pelos camponeses, especialmente, os da Paraíba, só aumenta, estes que já vinham se articulando na luta por direitos por meio das Ligas Camponesas³ e já sofrendo com a repressão por parte dos latifundiários com seus pistoleiros, ganham um inimigo a mais com o golpe passando a serem reprimidos também pelo estado.

¹ Estudante do curso de graduação em História, da Universidade Estadual da Paraíba, Campus III, CH. Valberandrade95@gmail.com

² Período em que os militares tomaram o poder (1964-1985). O governo dos militares foi marcado pela falta de liberdade de expressão, pelas torturas e por perseguições aos que se opunham ao regime em vigência. Sobre a Eclosão do golpe na Paraíba ver CITTADINO (1998).

³ Surgiram como espaço de resistência aos abusos cometidos pelos latifundiários, esse movimento mobilizou o campesinato em busca por melhores condições de trabalho e vida. Disponível em <http://www.ifhc.unicamp.br/ojs/index.php/ruris/article/viewfile/962/697> acesso em: 10 de Fevereiro de 2017.

Com relação às Ligas camponesas se destaca a atuação da Liga de Sapé, liderada por João Pedro Teixeira⁴, nessa luta por direitos dos trabalhadores tem também papel de destaque a atuação dos movimentos sindicais a exemplo do movimento liderado pela líder sindical Margarida Maria Alves⁵, na cidade de Alagoa Grande.

Tanto Margarida Alves, quanto Pedro Teixeira foram brutalmente assassinados a mando de latifundiários locais insatisfeitos com a atuação dessas lideranças em defesa dos trabalhadores rurais. Matar as lideranças é uma estratégia antiga e era, assim que, os latifundiários pretendiam silenciar os movimentos. Porém essa medida não surtiu o efeito desejado e a luta de Pedro Teixeira, Margarida Alves e tantas outras lideranças que foram assassinadas, foi levada adiante por meio dos companheiros/companheiras de luta.

Em Alagoa Grande, mesmo com o trágico assassinato de sua principal liderança a luta sindical não foi abandonada, o legado deixado por Margarida Alves foi sustentado por suas companheiras de luta. Destaca-se então nesse cenário de continuação da luta, mulheres como Maria da Penha do Nascimento Silva, líder sindical e umas das fundadoras do “Movimento de Mulheres do Brejo Paraibano” (MMB), mulheres como Maria da Soledade Leite⁶, repentista que ao lado de Penha lutava pelos direitos dos trabalhadores, surgem ainda mulheres como a sindicalista Luzia Soares Ferreira sob a qual daremos ênfase nesse trabalho.

Para isso, valeremo-nos de forma significativa dos trabalhos de Emmy Lira Duarte (2012), Susel Oliveira da Rosa (2013, 2015), Janaina Vicente da Silva (2016) entre outros, além da entrevista cedida pela sindicalista Luzia Soares Ferreira e pela repentista Maria da Soledade Leite, ambas ao projeto de pesquisa Paraíba: Mulheres, Memórias, e Ditadura-Civil-Militar, no dia 19 de Janeiro de 2017, sob a orientação da professora Susel Oliveira da Rosa.

Ao me propor trabalhar com a memória e com o depoimento de Luzia Ferreira, me apoio nas concepções teóricas de Ecléa Bosi. Bosi na introdução de sua obra *Memória e Sociedade* (1994) inicia dizendo que sua intenção é registrar a

⁴ Nasceu em 04 de Março de 1918, em Guarabira/PB, devido a sua militância em defesa dos trabalhadores rurais foi morto em 02 de Abril de 1962.

⁵ Margarida Maria Alves, nasceu em 05 de Agosto de 1933, foi sindicalista e defensora dos direitos humanos e esteve à frente do sindicato local de sua cidade. Devido sua atuação em defesa dos Trabalhadores Rurais foi assassinada no dia 12 de Agosto de 1983.

⁶ Sindicalista e repentista com trabalhos marcados pelo forte engajamento político, principalmente, com relação a defesa dos trabalhadores e o feminismo.

voz daqueles que contribuíram para melhorias na sociedade, exercício semelhante a que me proponho ao tratar da memória de Luzia Ferreira.

Ao registrar a voz dos indivíduos, deixando-os falar – sem levar perguntas prontas como propõe Bosi - sobre o acontecido, sobre o que os marcou individualmente ou no coletivo, estamos tocando o silêncio de forma muito particular, uma vez que será exposto apenas aquilo que cada indivíduo tomou como mais importante de sua trajetória.

Com relação as lacunas da Memória, e aos riscos que essas lacunas levam coloca a autora:

A veracidade do narrador não nos preocupou: com certeza seus lapsos são menos graves em suas consequências que as omissões da história oficial. Nosso interesse está no que foi lembrado, no que foi escolhido para perpetua-se na história de sua vida (BOSI, 1994, p. 37).

Na fala citada a autora aponta para as omissões da história oficial, história essa marcada por silenciamentos que dão base as formas únicas de lembrar, que sustentam regimes de verdade, que se perpetuam na história. Quando Bosi fala que o interesse está no que foi escolhido para se perpetuar na história de cada um, nos faz lembrar que a história como um todo é um enorme recorte, feito através das escolhas individuais e coletivas, assim sendo, a história é por excelência seletiva.

Vale aqui ressaltar, que a memória, assim como a história é muito vasta e o que dela se consegue registrar são apenas fragmentos como coloca a autora “A memória é um cabedal infinito do qual só registramos um fragmento” (BOSI, 1994, p. 39).

Devo também esclarecer, que tratar do passado não significa reproduzi-lo tal como foi, uma vez que as pessoas ressignificam ou reelaboram o passado a partir das situações do presente. Como propõe Halbwachs (1990) a lembrança individual é resultado da influência do presente.

Ainda segundo Halbwachs é a vida atual do sujeito que determina o curso da memória, e essa vida atual estará sujeita aos quadros sociais a que pertence cada indivíduo. Assim, a memória do indivíduo está amarrada a memória coletiva.

Halbwachs aponta ainda para uma constante reconstrução do passado a partir do presente, nesse sentido a memória está sempre sendo reelaborada.

Luzia Ferreira trabalhou com Penha, e desde a época de Margarida é ligada ao sindicato dos trabalhadores, é atual presidenta do MMT/PB, foi diretora do MMTR por três mandatos e já foi também presidenta do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Alagoa Grande.

Busco com esse trabalho contribuir com a quebra do silêncio acerca da História das mulheres, silêncio que é particularmente maior no caso específico da Paraíba:

Devo ressaltar ainda que, se as mulheres têm estado ausentes, com algumas exceções, nos textos históricos e nas produções biográficas e autobiográficas em que se narram os acontecimentos da Ditadura Civil-Militar, esse contexto é mais intenso quando falamos no estado da Paraíba e, em especial, o interior: A região do agreste e do Brejo Paraibano. (ROSA, 2015, P. 317).

Trazendo a cena relatos das trajetórias de mulheres, buscamos contribuir para que se retire o feminino de uma posição subalterna passando a tratá-lo em relação de igualdade. Como afirma Ana Maria Colling (2004, p. 4) “Se historicamente o feminino é entendido como subalterno e analisado fora da história, porque sua presença não é registrada. Libertar a história é falar de homens e mulheres numa relação igualitária.”

Abordando memórias como as de Luzia Ferreira, procuro trazer ao conhecimento da sociedade a figura da mulher militante, ser consciente e ativo, politicamente, contribuindo, assim, para que se quebre a ideia de que sempre as mulheres ocuparam apenas lugares subalternos na sociedade.

Há um silêncio na historiografia, em especial, no caso da Paraíba acerca da participação das mulheres na resistência, é justamente este silêncio que instiga nossa pesquisa pois como propõe Tania Swain (1996, p.131):

Entretanto, no silêncio e na obscuridade da história, existe um inesgotável, reservatório de relações humanas, de todas as formas e cores, escondida por uma pretensa “natureza” humana imutável, sede quase divina das determinações sociais de gênero.

Perceber como Luzia Ferreira subverte essas determinações sociais de gênero que restringem a figura da mulher ao ambiente doméstico, ousando entrar na esfera política, ambiente dominado pelo patriarcalismo será o nosso objetivo.

É importante lembrar que trabalhar o papel das mulheres na resistência não é tarefa fácil, tendo em vista a forte repressão dos anos 1970 e 1980, quando muitos documentos se perderam.

Trazer à tona então uma figura como Luzia Ferreira, que ousou atuar no espaço político tido pela sociedade como “lugar de homens” vai ao encontro do que ressalta Margareth Rago (apud ROSA, 2013, p.112) “A recente inclusão das mulheres no campo da historiografia tem relevado não apenas momentos inesperados da presença feminina nos acontecimentos históricos, mas um alargamento do próprio discurso historiográfico.” Não pretendo aqui criar a imagem da heroína, mas reconhecer a importância da participação conjunta dos indivíduos no desenrolar dos eventos.

2. LUZIA FERREIRA: o despertar e os primeiros passos,

Eu era aquela mulher chofer de cozinha mesmo, na verdade eu era chofer do fogão, mas aí através das companheiras, quando eu cheguei aqui na rua tive um convite de uma companheira chamada Carmelita Pedrosa e Maria da Penha essa já se foi infelizmente, para participar das reuniões no sindicato e fazer os trabalhos de base do sindicato (...) ⁷

Luzia Ferreira nasceu no dia 18 de Junho de 1952, em Sapucaia distrito de Alagoa Grande, onde passou toda a sua infância, indo morar na cidade de Alagoa Grande após casar-se. Na sua fala, com a qual inauguro esse texto, fica claro que num primeiro momento ela não fugia a regra da maioria das mulheres de sua época, tinha uma vida pacata dedicada exclusivamente ao lar e a família. O convite feito por Carmelita Pedrosa⁸ e Penha foi o que fez a Luzia despertar e entrar em cena na luta pelos direitos dos trabalhadores e das mulheres.

Maria da Penha nessa época já era bem articulada no Sindicato dos Trabalhadores de Alagoa Grande e, ao lado de Margarida Maria Alves já tinha um trabalho importante em defesa dos trabalhadores rurais. Margarida foi covardemente assassinada na frente de sua casa, no dia 12 de agosto de 1983, a partir daí é

⁷ Entrevista concedida por Luzia Ferreira para o projeto Dona Lia, Maria Soledade e Luzia Ferreira: mulheres versus ditadura militar – latifundiária na Paraíba, sob a coordenação da professora Susel Oliveira da Rosa, no dia 19 de Janeiro de 2017.

⁸ Sindicalista que atuou no Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Alagoa Grande desde a época de Margarida Alves, e foi uma das responsáveis pela continuação da luta de Margarida e pela criação do MMB.

Penha quem toma a frente da luta, e é também a principal articuladora do MMB (Movimento de Mulheres do Brejo). Acerca da atuação de Penha pós morte de Margarida coloca Janaina Silva (2016, p.14):

Mesmo depois da morte brutal de Margarida, Penha não desistiu de lutar. Participou da criação da CUT/PB da qual também foi diretora. E em 1990, se dedicou com mais intensidade aos movimentos de mulheres, sendo uma das fundadoras do Movimento de Mulheres do Brejo (MMB).

A respeito do dia da morte de Margarida nos conta Luzia Ferreira “naquele dia as luzes se apagaram, a cidade entristeceu, foi um alvoroço, mataram a Margarida”. Com a morte de Margarida o movimento sindical estremeceu, porém, a coragem de mulheres como Luzia, Penha, Soledade e demais companheiras não deixaram que o legado de Margarida caísse por terra.

Depois da morte de Margarida, Luzia passou a também sofrer ameaças seja através de telefonemas anônimos, ou mesmo pessoalmente conforme nos relata:

Inclusive quando mataram a Margarida me ameaçaram muito, tanto eu como Carmelita. Uma vez a gente estava lá (No sindicato) ai eles chegaram, (os capangas dos Latifundiários) e queriam que eu e Carmelita fossemos com eles na casa de Nuta que era secretário do sindicato, e queriam por que queriam que a gente fosse mostrar onde era a casa dele, então a gente enrolou dissemos que não conhecíamos ele, o capanga tava disfarçado, tinha deixado o carro bem antes do sindicato, chegou a pé e descalço, e começou gritar e queria agredir eu a Carmelita porque a gente não quis levar ele até a casa do secretário, se a gente levasse ele lá ele iria matar o ‘cabra’, mas como a gente não é besta não levamos (...) Era também muitos telefones anônimos que chegavam dizendo “seu café ta se coando”, mas a gente continuou no sindicato.⁹

Como Luzia deixa claro em sua fala, nem as ameaças conseguiram amedrontá-la, e junto com as demais companheiras sustentaram o legado de Margarida em defesa dos trabalhadores. A família de Luzia também ficou muito apreensiva e queria que ela se afastasse do sindicato, principalmente, seus filhos conforme ela também nos conta “meus filhos diziam já mataram a Margarida vão

⁹ Entrevista concedida por Luzia Ferreira para o projeto Dona Lia, Maria Soledade e Luzia Ferreira: mulheres versus ditadura militar – latifundiária na Paraíba, sob a coordenação da professora Susel Oliveira da Rosa, no dia 19 de Janeiro de 2017.

matar a senhora também”¹⁰, mas Luzia não se impressionou com o ar de medo que que foi criado, e seguiu na luta mesmo contrariando seus filhos.

Luzia entrou no sindicato em 1975 a partir do convite de Penha e Carmelita, e começou dando aulas de costura conforme nos conta, “eu fui me adaptando lá com o pessoal, depois fui convidada para dar um curso de costura, dei o curso de costura através da LBA¹¹, através do sindicato, e continuei por lá.”¹² Luzia foi se enturmando com os dirigentes de sindicato, e mais adiante passou a ajudar nas reuniões, nessas reuniões as mulheres dos associados não falavam, e isso era algo que incomodava Luzia, assim como Penha e as demais dirigentes, e é como solução para esse problema que surge a ideia de se formar um grupo de mulheres, a esse respeito, Luzia Ferreira coloca:

O movimento surgiu do momento que vimos a necessidade. Como foi essa necessidade? Os homens vinham para as reuniões e traziam as mulheres, só que as mulheres não tinham o direito de falar, só quem falava eram os homens. Eu, Penha e Carmelita Pedrosa, a gente começou com aquela preocupação: “por que vocês não falam mulheres? Falem também vocês, também são sócias [...] Elas ficavam ali com vergonha, porque na época elas achavam que só o homem tinha direito, o homem era tudo e nós mulheres não era nada [...] Penha dizia: “Luzia, as mulheres não falam aqui, então vamos formar um grupo de mulheres”. Eu disse: “É Penha, nós já temos um grupo, tem Carmelita, tem eu e tem você, Soledade, tem Ilda [...] Aí a gente começou se reunindo e fomos juntando aquelas mulheres.”¹³

O MMB (Movimento de Mulheres do Brejo) foi formado em 1981 e surgiu então como espaço para dar voz àquelas mulheres, as ações do movimento visavam conscientizar as mulheres da importância da participação no movimento sindical, além de abordar questões específicas às mulheres.

¹⁰Entrevista concedida por Luzia Ferreira para o projeto Dona Lia, Maria Soledade e Luzia Ferreira: mulheres versus ditadura militar – latifundiária na Paraíba, sob a coordenação da professora Susel Oliveira da Rosa, no dia 19 de Janeiro de 2017.

¹¹ Legião Brasileira de Assistência, entidade filantrópica fundada em 1942 por Darcy Vargas, primeira dama naquela época.

¹² Entrevista concedida por Luzia Ferreira para o projeto Dona Lia, Maria Soledade e Luzia Ferreira: mulheres versus ditadura militar – latifundiária na Paraíba, sob a coordenação da professora Susel Oliveira da Rosa, no dia 19 de Janeiro de 2017.

¹³Entrevista concedida por Luzia Ferreira, a pesquisadora Janaina Vicente da Silva, no dia 13/01/2015

Emy Lira Duarte explicita bem umas das principais funções do MMB que era “conscientizar a mulher que sua condição abaixo do homem não era algo natural, algo que significava uma lei da vida, mas sim uma condição imposta às mulheres por uma sociedade patriarcal e machista.” (DUARTE, 2012, p.16).

Sociedade esta que oprime e restringe a figura da mulher ao ambiente doméstico. A esse respeito conta Luzia Ferreira “eu ainda vivi uma época em que se dizia que a mulher tinha que mandar da porta do meio pra lá (cozinha) e o homem da porta do meio pra cá (sala).”¹⁴ A fala de Luzia vai ao encontro do que ressalta a historiadora Susel Rosa:

Sabemos que, em sociedades patriarcais como a nossa, o lugar das mulheres ao longo dos séculos, oficialmente, tem sido o espaço privado – o espaço doméstico da casa, da cozinha, do quarto etc. Espaço marcado pela invisibilidade e pelo silêncio. (ROSA, 2013, p. 45).

O MMB cresce e estende-se pelo Brejo da Paraíba, a partir de determinado momento o movimento contou com a participação de professores Universitários, Também da CUT (Central Única dos Trabalhadores) entre outras organizações, que contribuíram com palestras de conscientização acerca da participação das mulheres na esfera política, entre outras atividades.

Com a morte de Maria da Penha, no dia 08 de março de 1991, num trágico acidente automobilístico, que vitimou também a feminista Elizabeth Lobo¹⁵, o MMB enfraqueceu conforme relata Luzia Ferreira “depois da morte da Penha o movimento teve uma queda porque tínhamos nosso trabalho, nossa sede com tudo, tínhamos nosso trabalho, muito evento, muita coisa era muito bom, mas com o

¹⁴ Entrevista concedida por Luzia Ferreira para o projeto Dona Lia, Maria Soledade e Luzia Ferreira: mulheres versus ditadura militar – latifundiária na Paraíba, sob a coordenação da professora Susel Oliveira da Rosa, no dia 19 de Janeiro de 2017.

¹⁵ Elizabeth estava na Paraíba para entrevistar militantes sindicais rurais, para dar continuidade a sua pesquisa sobre memória das mulheres trabalhadoras iniciado em São Bernardo, São Paulo. Junto com Penha pretendiam escrever um livro sobre a trajetória de Elizabeth Teixeira, porém o livro não chega a ser concluído em virtude do trágico acidente que vitimou as duas. Disponível em: https://www.pagu.unicamp.br/pf-pagu/public-files/arquivo/bib31_1.pdf. Acesso em 24 de Setembro de 2017.

passar do tempo as coisas foram afracando”¹⁶. Como já foi dito Penha era a principal articuladora do MMB, logo sua morte teve um efeito assolador nas estruturas do movimento, o que fez com que a partir desse momento companheiras como Luzia Ferreira, Soledade Leite entre outras tomassem a frente do movimento e não deixassem que a luta de Penha houvesse sido em vão.

Devido às dificuldades enfrentadas após a morte de Maria da Penha o Movimento de Mulheres Trabalhadoras do Brejo (MMB) juntou-se ao Movimento de Mulher Trabalhadora (MMT), este movimento tinha representação nacional, essa junção foi fundamental para que o sonho pretendido por Penha não fosse tão logo perdido.

3. A ESCOLA FEMINISTA

Durante toda sua atuação tanto no sindicato quanto no MMB/MMT, Luzia Ferreira teve uma preocupação particular com a alfabetização dos trabalhadores/trabalhadoras rurais, é preciso salientar que a maioria deles eram analfabetos, e como solução para essa questão foi criada a primeira rede de letramento que atuou na cidade de Alagoa Grande, assim como, nas comunidades adjacentes. A respeito do surgimento dessa rede de letramento nos conta Luzia Ferreira:

Tínhamos um problema que quando fazíamos a reunião mensal tínhamos que fazer um relatório, do pessoal que estava presente só que ninguém sabia ler nem escrever, e agente pegava um caderninho pedindo pra os companheiros e companheiras colocarem o nome, as companheiras não falavam só quem falava eram os homens, os homens diziam direto que não sabiam, e as mulheres quando apertadas pra falar diziam que não sabiam ler, e que quem não sabe ler é cego. Então a gente ia pegando nome de todos e colocando num caderninho e isso foi incomodando (...). Então agente primeiramente pensou num grupo pra ensinar o pessoal, um grupo voluntario, inclusive eu fui professora ensinando o tempo todo no Sindicato dos Trabalhadores Rurais, ensinando aqueles que não sabiam ler nem escrever, passei um tempão (...) A escola teve continuação ficou uma sala no sindicato, outra na Usina Tanques,

¹⁶ Entrevista concedida por Luzia Ferreira para o projeto Dona Lia, Maria Soledade e Luzia Ferreira: mulheres versus ditadura militar – latifundiária na Paraíba, sob a coordenação da professora Susel Oliveira da Rosa, no dia 19 de Janeiro de 2017.

outra em Caiana dos Crioulos, outra em Canafístula. Era um trabalho que não tinha dinheiro nenhum era totalmente voluntario, nós adotávamos o método de Paulo Freire de alfabetização, pegávamos cartazes, onde colocávamos palavras do dia a dia dos trabalhadores e por ali começávamos, essa escola continuou por um tempo, depois a EC do Brasil fez um projeto pra manutenção, pra comprar o que fosse preciso.¹⁷

O “método Paulo Freire”¹⁸ de alfabetização consistia em trabalhar a realidade social dos educandos, assim “levando o alfabetizado a ler não apenas palavras, mas a vida que o cerca.” (FREIRE Apud: MARQUES, 2008, p.14).

Formação das Educadoras Feministas



Fonte: Arquivo pessoal de Luzia Ferreira

Nota: Da direita para a esquerda Luzia Ferreira é a terceira pessoa.

O caráter emancipatório do método Freiriano, representou uma enorme revolução no processo de alfabetização e a partir da década de 60 atingiu proporções significativas dentro e fora do país. Analisando umas das principais teses de Freire que diz respeito à prioridade de uma educação crítica e problematizadora

¹⁷ Entrevista concedida por Luzia Ferreira para o projeto Dona Lia, Maria Soledade e Luzia Ferreira: mulheres versus ditadura militar – latifundiária na Paraíba, sob a coordenação da professora Susel Oliveira da Rosa, no dia 19 de Janeiro de 2017.

¹⁸ O método Paulo Freire consistia em retirar palavras típicas do ambiente socioeconômico dos educandos, eram as chamadas “palavras geradoras”, através das quais os educandos iriam aprender não só a palavra escrita, mas também a realidade social em que está inserido. Disponível em: http://www.sitiodarosadosventos.com.br/livro/imagens/stories/anexos/oque_metodo_paulo_freire.pdf acesso em 26 de Abril de 2017.

J. Neves Vicente explicita bem a crítica de Paulo Freire ao método tradicional de alfabetização:

Paulo Freire desferiu as mais veementes críticas às pedagogias da transmissão ou inculcação de conhecimento que têm, na prática da transferência de informação, a sua metodologia, e pressupõe, na sua prática Bancária uma concepção de educandos enquanto vasilhas vazias a encher de uma realidade que se apresenta simultaneamente parada, estática, compartimentada e, acima de tudo, alheia à experiência dos alunos.¹⁹

A escola Feminista se desenvolve de forma totalmente voluntária como Luzia deixa claro em sua fala. A ajuda para manutenção ofertada pela EC do Brasil²⁰ será muito importante, mas ainda assim os recursos não foram suficientes e com o passar do tempo as dificuldades foram aumentando. Então Luzia junto com Maria da Penha resolveram pedir ajuda a algumas professoras da UFPB (Universidade Federal da Paraíba) para conseguirem manter a escola, a esse respeito nos diz Luzia:

(...) ai eu disse, Penha e a escola vai parar? Então Penha disse vamos na universidade vê se a gente arranja alguma coisa por lá, (...) ai ela marcou uma reunião com Salete, que era uma companheira nossa, hoje mora em João pessoa tem mais de 80 anos, mas ainda participa do movimento (...) ai eu fui com Penha pra reunião, lá Lourdes Bandeira nos apresentou a Salete e a Cornélio, ai agente começou a história, ela perguntou onde essas escolas funcionavam, eu falei tudinho, e quando eu disse que uma funcionava na Usina Tanques ele disse na Usina Tanques? E você não tem medo não? Não foi de lá que saiu a ordem pra matar margarida? Ai Penha falou assim: Salete a fome é maior do que o medo a gente vai e a escola funciona.²¹

“A fome é maior do que o medo”, a fome a que Penha se referiu não era apenas a ocasionada pela falta de alimento, mas pode ser entendida também como a fome por liberdade, fome por melhores condições de vida. Fome que foi sendo saciada pela coragem dessas mulheres, que bravamente resistiram na luta por uma sociedade mais justa e igualitária.

¹⁹ Disponível em: <http://www.ler.letras.uploads/ficheiros/6223.pdf> acesso em 26 de Abril de 2017.

²⁰ Entidade Católica do Brasil.

²¹ Entrevista concedida por Luzia Ferreira para o projeto Dona Lia, Maria Soledade e Luzia Ferreira: mulheres versus ditadura militar – latifundiária na Paraíba, sob a coordenação da professora Susel Oliveira da Rosa, no dia 19 de Janeiro de 2017.

A resposta de Penha não deixa dúvida da coragem que movia essas mulheres, que não temiam a própria morte, uma vez que uma das escolas funcionava na fazenda de onde saiu a ordem para matar Margarida, mulheres que não se deixavam abater pelas dificuldades e pelos preconceitos que enfrentavam por atuarem no espaço público que é entendido como próprio de homens.

Acerca dessa dicotomia entre público e privado, que marca a história das mulheres coloca Colling “Ao feminino caracterizado como natureza, emoção, amor, intuição é destinado o espaço privado; ao masculino, cultura, razão, justiça, poder, o espaço público.” (COLLING, 2004, p. 4).

Essa visão preconceituosa que é reproduzida inclusive pelas próprias mulheres, fica muito clara numa fala de Maria Soledade “nós éramos as enxeridas, as outras mulheres diziam que a gente deixava os maridos em casa só pra bater perna, quando íamos para os movimentos reivindicar direitos.”²²

Ainda com relação a essa visão imprópria acerca das mulheres que ousam atuar no espaço público, Michelle Perrot lembra “a mulher pública constitui a vergonha, a parte escondida, dissimulada, noturna, um vil objeto, território de passagem, apropriado, sem individualidade própria.” (PERROT, 1998, p. 7).

A visita a universidade rende frutos, Salete apoia o projeto e vem a Alagoa Grande pouco tempo depois para uma reunião com Penha e as demais companheiras envolvidas com a Escola Feminista, porém Penha falece pouco tempo depois e não chega a ver o pleno desenvolvimento da escola. Com a morte de Penha, Luzia encabeça a direção da escola. Com relação a forma de ação da Escola Feminista Luzia conta “essa escola, é a escola que retrata o dia a dia do trabalhador rural (...) eu e Penha somos as fundadoras dessa escola, a gente vai retirando o enunciado dos textos e por ai vamos trabalhando.”²³

A Escola Feminista completa 25 anos de existência esse ano, hoje com um novo nome RELEJA (Rede de Letramento de Jovens e Adultos da Paraíba), que

²² Entrevista concedida por Maria Soledade para o projeto Dona Lia, Maria Soledade e Luzia Ferreira: mulheres versus ditadura militar – latifundiária na Paraíba, sob a coordenação da professora Susel Oliveira da Rosa, no dia 19 de Janeiro de 2017.

²³ Entrevista concedida por Luzia Ferreira para o projeto Dona Lia, Maria Soledade e Luzia Ferreira: mulheres versus ditadura militar – latifundiária na Paraíba, sob a coordenação da professora Susel Oliveira da Rosa, no dia 19 de Janeiro de 2017.

funciona no mesmo modelo do Brasil Alfabetizado²⁴. Inclusive os professores do RELEJA recebem uma bolsa do governo, equivalente a bolsa paga no Brasil Alfabetizado.

4. AS CAMPANHAS PELA DOCUMENTAÇÃO FEMININA

Além da preocupação com a alfabetização das mulheres trabalhadoras rurais já apresentada, Luzia Ferreira também se preocupou ao longo de sua militância com a questão da documentação dessas mulheres.

A época era comum as mulheres do campo não terem documentos, na visão dessas mulheres elas não precisavam ter documentos, uma vez que seus maridos tinham e os documentos deles também serviriam para elas. Acerca dessa questão nos conta Luzia Ferreira:

Essa campanha pela documentação partiu da necessidade, juntou a Igreja, o movimento (MMT), isso foi a partir de 1992, ai agente começou lutando por esse direito das mulheres, eu fui fazer em Monteiro, ai quando cheguei numa casa que comecei a conversa com a mulher sobre a importância do documento, ela disse 'não minha fia eu não preciso não que meu marido tem', ai eu disse olhe companheira o seu marido tem mais não serve pra você, o documento é dele não é da senhora não, ai ela respondeu 'não o que é do meu marido é meu'(...) precisou então que a gente fizesse esse trabalho de conscientização nas bases."²⁵

“O anormal é o sem-papéis” diz Philippe Artières (1998) ao falar da importância dos indivíduos se encontrarem escritos nas páginas de registros de indivíduos do estado. Essas mulheres por não se encontrarem inscritas nos quadros de controle gráfico do estado viviam a margem da sociedade, na verdade, a luz do direito na sociedade moderna para existir, é necessário ter documentos, como coloca ainda Artières (1998, p.12):

Nas sociedades ocidentais, desde o fim do século XVIII estabeleceu-se um formidável poder da escrita que se estende sobre o conjunto do nosso cotidiano; a escrita está em toda parte: para existir, é

²⁴ Programa voltado a alfabetização de jovens, adultos e idosos, realizado pelo MEC desde 2003.

²⁵ Entrevista concedida por Luzia Ferreira para o projeto Dona Lia, Maria Soledade e Luzia Ferreira: mulheres versus ditadura militar – latifundiária na Paraíba, sob a coordenação da professora Susel Oliveira da Rosa, no dia 19 de Janeiro de 2017.

preciso inscrever-se: inscrever-se nos registro civis, nas fichas médicas, escolares, bancárias.

Essas mulheres por não terem documentos passavam por inúmeras dificuldades quando tentavam acessar algum benefício, principalmente no momento da aposentadoria. Elas procuravam os sindicatos rurais, mas portando apenas os documentos pessoais do marido, RG, CPF e a carteirinha de contribuição do sindicato, a esse respeito nos conta Luzia Ferreira:

Isso prejudicou muitas mulheres porque chegava o tempo de se aposentar e elas não pagavam nada, apresentavam o documento do marido, ou as vezes tinham o documento, mas não contribuía com o sindicato, ai diziam mas meu marido paga, ai o sindicato dizia mas o sindicato do teu marido não serve pra você, e por ai começava a confusão e muitas mulheres foram prejudicadas, ficaram até sem se aposentar.²⁶

Além da gravidade dos problemas ocasionados a vida social dessas mulheres por não terem documentos, chama à tenção, o nível de submissão em que elas se colocavam, ao pensar que os documentos do marido servia para elas, essas mulheres entram em nível de dependência total do marido. Assim, elas se percebiam como parte de seus maridos. Não existiam nesse sentido enquanto indivíduo particular, mas sim a mulher parte integrante do marido.

Para termos uma ideia de como a nossa sociedade conserva ainda muito desse ideário de preconceito e submissão com relação à mulher, vejamos a fala de Maria Soledade:

Eu comecei uma campanha em João pessoa, lá no Alto do Mateus em 2002, em abaixo assinado pela aposentadoria da dona de casa, ai cheguei na casa de uma senhora, assim quase onze e trinta do dia, mais essa mulher tava com uma 'danação' de roupa que era 'aquele mundo', no sol quente, lavando roupa, ai eu falei mulher eu to por aqui, que agente ta numa campanha pegando assinatura, fazendo um abaixo assinado pra gente lutar pela aposentadoria da dona de casa, ai ela respondeu 'não minha filha eu não trabalho, não vou assinar porque quem trabalha é meu marido.'²⁷

²⁶ Entrevista concedida por Luzia Ferreira para o projeto Dona Lia, Maria Soledade e Luzia Ferreira: mulheres versus ditadura militar – latifundiária na Paraíba, sob a coordenação da professora Susel Oliveira da Rosa, no dia 19 de Janeiro de 2017.

²⁷ Entrevista concedida por Maria da Soledade Leite, ao aluno do curso de graduação em História, Leandro Souza de Lima, no dia 19 de Janeiro de 2017.

Fica claro na fala dessa dona de casa o quanto está impregnado em nossa sociedade essa desvalorização da figura feminina, ao ponto de as próprias mulheres não entenderem como fundamentais o desempenho de suas atividades diárias. Essa mulher que lava, passa e que tem que acordar de madrugada para dar conta das demais atividades, não percebe isso como um trabalho capaz de lhe garantir uma aposentadoria.

A Campanha pela Documentação teve várias edições, em diferentes regiões da Paraíba, Luzia Ferreira trabalhou em Serra Branca, São Sebastião do Umbuzeiro, Monteiro entre outras regiões do Sertão Paraibano.

No ano de 2004 numa das Campanhas pela documentação feminina na cidade de Monteiro, Luzia Ferreira, trabalhou ao lado de uma outra importante sindicalista, Maria das Neves Moura do Nascimento, mais conhecida como “Dona Lia”. Acerca desta Campanha pela documentação na cidade de Monteiro destaca Dona Lia:

Era uma equipe de gente INCRA, FETAG, Ministério Público, Defensoria Pública, todos os documentos saíam, trabalhei em várias regiões, fazíamos todos os documentos das mulheres gratuitamente, ajeitávamos algum documento que tivesse errado, e o melhor que achei na campanha foi o caso de uma menina que tava com catorze anos e não conhecia o pai, que deixou ela na semana que nasceu, e a Defensoria Pública achou ele e obrigou ele a pagar a pensão dela direitinho.²⁸

A fala de Dona Lia destaca um evento particular, o da menina que não conhecia o pai e que não tinha até aquele momento recebido nenhum apoio da parte do mesmo. Mas também deixa claro a dimensão e a importância dessas edições das campanhas pela documentação. O MMTR movimento do qual Luzia Ferreira foi presidente tem ainda hoje uma preocupação particular com documentação feminina, e realiza campanhas com esse intuito.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho, busquei mostrar um pouco da trajetória de luta e resistência de Luzia Ferreira, ao lado de suas companheiras. Luzia atuou no

²⁸Entrevista concedida por Dona Lia, a aluna do curso de graduação em História, Genilma Ricardo da Silva, no dia 07 de Julho de 2017.

movimento sindical, assim como nos movimentos de mulheres MMB/MMT, MMTR. Sendo Luzia uma das principais continuadoras do legado de Margarida Alves e de Maria da Penha em defesa dos trabalhadores rurais e dos direitos das mulheres.

Proponho com este trabalho, mostrar a importância da participação feminina nos movimentos de resistência aos abusos cometidos pelos latifundiários contra os trabalhadores rurais, mulheres como as já citadas Margarida Maria Alves e Maria da Penha, mulheres como Elizabeth Teixeira, Maria da Soledade, e neste momento, em particular, Luzia Ferreira, entre tantas outras. Mulheres que enfrentaram o patriarcalismo de sua época, e embarcaram na luta sindical e em defesa dos direitos das mulheres.

Nas falas de Luzia percebemos claramente as dificuldades que essas mulheres enfrentaram ao ousar atuar no espaço público, mas percebemos também algo muito maior que foi a coragem e a determinação que moveu essa líder sindical.

A preocupação particular de Luzia Ferreira com a questão da alfabetização dos trabalhadores/trabalhadoras rurais, por si só já dá sem sombra de dúvida característica particular a sua trajetória de militância, uma vez que a educação e o conhecimento são armas importantes na luta por melhores condições de vida.

Ao tratar da trajetória de militância e resistência de Luzia Ferreira, destaco a importância fundamental de dar visibilidade à memória de mulheres que ousaram quebrar os padrões sociais de gênero e atuar no espaço público, como ressalta Margareth Rago (Apud ROSA, 2013, p. 308) “Inserir na memória coletiva as experiências dessas e de outras mulheres significa dar lugar a pluralidade e singularidade histórica, para além das narrativas ditas universais, reconhecendo o aporte específico das mulheres na construção da cultura e da linguagem.”

Um recente espaço vem sendo dado na historiografia para se tratar da memória dessas mulheres militantes, porém muito ainda tem que ser feito em estudos, no sentido de se fazer conhecer e respeitar a trajetória de resistência de mulheres que, assim como Luzia Ferreira, tiveram papel fundamental na garantia de direitos, hoje assegurados a sociedade.

Assim, finalizo, ressaltando a importância de mais trabalhos como este que possibilitem a sociedade conhecer a importância da atuação das mulheres na luta por uma sociedade mais justa e igualitária, mais uma vez destaco que, não se

trata de criar heroínas ou colocar a figura da mulher acima do homem, mas tratar com igualdade como propõe Ana Maria Colling “Se historicamente o feminino é entendido como subalterno e analisado fora da história, porque sua presença não é registrada. Libertar a história é falar de homens e mulheres numa relação igualitária.” (COLLING, 2004, p. 4).

Abstract

In this Article I seek to bring to the knowledge of society a little of the trajectory of fight e resistency of Luzia Soares Ferreira. Luzia participated in the women' moviments of Paraíba MMB/MMT, she was also president of the Union of Rural workers of Alagoa Grande, instead of acting in other speces like the MMTR. Luzia is still active today in the defense of rural worker and women' rights. Treating the memory of Luzia Ferreira I seek to contribute for the break of silence that involves histories' women, a silence that is particularly, greater in the case of Paraíba.

Keywords: Luzia Soares Ferreira. Resistance. Paraíba.

BIBLIOGRAFIA

BOSI, Ecléa. **Memória e Sociedade: lembrança dos velhos**. São Paulo: Companhia das letras, 1994.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é o método Paulo Freire**. 1988 Disponível em: <http://www.sitiodarosadosventos.com.br/livro/images/stories/anexos/oquemetodopaulofreire.pdf>. Acesso em: 28 de julho de 2017

COLLING, Ana Maria. **As Mulheres e a Ditadura Militar no Brasil**. Centro de Estudos Sociais. 2004. Disponível em: www.ces.uc.pt/lab2004/pdfs/Ana_Maria_Colling.pdf. Acesso em 26 de fevereiro de 2016

DUARTE, Emmy Lyra. **Mobilização política e relação de gênero no estado da Paraíba**. 2012. Disponível em: www.ufpb.br/evento/1ti/ocs/index.php/17redor/17/paper/.../93. Acesso em: 10 de fevereiro de 2017

----- **Movimento de mulheres trabalhadoras da Paraíba (MMT/PB) mobilização social, trabalho e relações de gênero**. João Pessoa [s.n.], 2014.

HALBWACHS, M. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice, 1990 p.25-52.

MARQUES, Mirella. **Paulo Freire pedagogia da esperança**. Pernambuco: diário de Pernambuco, 1997.

MOREIRA, Emília. TARGINO, Ivan. MENESES, Marilda. **Ligas Camponesas na Paraíba: um relato a partir da memória dos seus protagonistas**. 2011. disponível em: www.ifch.unicamp.br/ojs/index.php/ruris/article/viewfile/962/697. Acesso em 15 de março de 2016.

NORONHA, Cejana Uira Assis. **Teologia da Libertação: origem e desenvolvimento**. FRAGMENTOS DE CULTURA, Goiânia, v. 22, n. 2, p. 185-191, jan./mar. 2012. Disponível em: www.seer.ucg.br. Acesso em: 24 de Setembro de 2017.

PERROT, Michelle. **Mulheres Públicas**. São Paulo: Unesp, 1998.

ARTIÈRES, Philippe. **Arquivar a própria vida**. 1998. Disponível em: http://www.marilia.unesp.br/Home/Pesquisa/cultgen/arquivar_a_propria_vida.pdf. Acesso em: 24 de Setembro de 2017.

RAGO, Margareth. Desejo de memória. In RAGO, Margareth (Org.). Dossiê 'Memórias Insubmissas'. **Revista Labrys**, n. 15, 2009.

_____. **Epistemologia feminina, gênero e história. Descobrendo historicamente o gênero**. Ed.: CNT-Compostela, 2012. Disponível em www.cntgaliza.org. Acesso em: 07 de setembro de 2016.

ROSA, Susel Oliveira da. **Mulheres, ditaduras e memória**: não imagine que precise ser triste para ser militante. São Paulo: Intermeios/Fapesp, 2013.

_____. **Mulheres versos ditadura, latifúndio e misoginia na Paraíba**. Disponível em: <http://seer.fclar.unesp.br/estudos/issue/vier/542/showtoc>. Acesso em: 14 de março de 2016.

SILVA, Janaina Vicente da. **Margaridas da Resistência**: Movimento de Mulheres na Paraíba (1970 a 1980). Disponível em: dspace.bc.uepb.edu.br/jspui/bitstream/123456789/9910/1/PDF%20%20Janaina%20Vicente%20da%20Silva.pdf. Acesso em: 15 de Setembro de 2017.

SWAIN, Tania Navarro. **A construção imaginária da história e dos gêneros no Brasil, no século XVI**. In: Textos de história – Revista da Pós-graduação em da História UNB. Volume 4, número 2, 1996.

VICENTE, Neves J. **Educação, comunicação e crítica**. Legado da pedagogia da libertação de Paulo Freire. Disponível em: <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/6223.pdf>. Acesso em: 28 de julho de 2017.

Fontes:

Entrevista concedida por Luzia Ferreira para o projeto Dona Lia, Maria Soledade e Luzia Ferreira: mulheres versus ditadura militar – latifundiária na Paraíba, sob a coordenação da professora Susel Oliveira da Rosa, no dia 19 de Janeiro de 2017.

[Https:// www.pagu.unnicamp.br/pf-pagu/public-files/arquivo/bib31_1.pdf](https://www.pagu.unnicamp.br/pf-pagu/public-files/arquivo/bib31_1.pdf).

[Http://www.sitiodarosadosventos.com.br/livro/imagens/stories/anexos/oque_metodo_paulo_freire.pdf](http://www.sitiodarosadosventos.com.br/livro/imagens/stories/anexos/oque_metodo_paulo_freire.pdf).

[Http://www.ler.letras.uploads/ficheiros/6223](http://www.ler.letras.uploads/ficheiros/6223).

Anexo A

TERMO DE CESSÃO

CEDENTE: Luzia Soares Ferreira
 Nascida em: Alagoa Grande - PB a: 18/06/1952
 De estado civil: Casada
 Domiciliada em: Rua Boa Vista - 90 - Alagoa Grande
 De profissão: Aposentada
 E endereço profissional:

CESSIONÁRIA: Valber Rodrigues de Andrade, pesquisador do projeto: "Dona Lia, Maria Soledade e Luzia Ferreira: Mulheres versus ditadura militar-latifundiária na Paraíba".

OBJETO: Entrevista gravada.

DO USO: Declaro ceder à pesquisadora acima citada, sem quaisquer restrições quanto aos seus efeitos patrimoniais e financeiros a plena propriedade e os direitos autorais do depoimento de caráter histórico e documental, realizada na cidade de Alagoa Grande - PB em 19/01/2017 num total de ____ horas e ____ minutos. A pesquisadora fica consequentemente autorizada a utilizar, divulgar e publicar, para fins culturais e acadêmicos, o mencionado depoimento, no todo ou em parte, editado ou não, a partir de trabalhos, bem como permitir a terceiros/as o acesso ao mesmo para fins idênticos, segundo suas normas, com a única ressalva de sua integridade e indicação de fonte e autor.

Alagoa Grande, PB, 19 de 01 de 2017

Luzia Soares Ferreira

Assinatura da doente/cedente